



**Universidade de Brasília**

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

## **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO COORDENADOR PEDAGÓGICO**

**Jefferson Amauri Leite de Oliveira**

Orientadora Profa. Dra. Inês Maria M. Zanforlin Pires de Almeida

Brasília (DF), Dezembro de 2015.

**Jefferson Amauri Leite de Oliveira**

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO COORDENADOR  
PEDAGÓGICO**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Profa. Dra. Inês Maria M. Zanforlin Pires de Almeida.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Jefferson Amauri Leite de Oliveira**

### **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO COORDENADOR PEDAGÓGICO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

---

Profa. Dra. Inês Maria M. Zanforlin Pires de Almeida - UnB  
(Professora-orientadora)

---

Profa. Dra. Janaína Mota – SEE/DF  
(Tutora-orientadora)

---

Profa. Msc. Márcia Milhomens Chauvet – SEE/DF  
(Examinadora externa)

Brasília, 19 de dezembro de 2015

## DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho à minha esposa Cristienne por sua compreensão, amor, dedicação e paciência, e aos meus filhos Lucas, Alannis e Lunna por tornarem a minha vida mais significativa e feliz.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Alfa e Ômega, ao meu pai e minha mãe, Francisco Amauri e Maria do Carmo, pela luta incansável no dia-a-dia para nunca deixar faltar nada a seus filhos, principalmente a educação, pois sem ela nós nem saberíamos o significado de 'ser humano'. Para as professoras, Dra. Inês Maria de Almeida e Dra. Janaína Mota, meus sinceros agradecimentos e minha gratidão pela orientação na finalização do presente trabalho, e pela parceria que tornou possível a realização de mais um objetivo.

*“Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuida do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser testemunho que deve ser do lutador pertinaz que cansa, mas não desiste. Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar.  
(PAULO FREIRE)*

## RESUMO

O presente trabalho investigou a identidade do Coordenador Pedagógico no contexto escolar do sistema de educação pública do Distrito Federal, a partir da contribuição da Psicanálise. A atividade desse profissional é fundamental para o desenvolvimento das ações pedagógicas na escola, desde o planejamento das ações até a execução e avaliação, contudo a falta de definição ou a amplitude da definição das suas funções têm dificultado a construção da identidade desse ser humano e profissional da educação. Sendo assim, foi necessário identificar na literatura a relação entre a legislação a respeito da formação do C.P. e a sua atuação em relação aos entraves nas relações interpessoais na escola, a subjetividade do coordenador e a influência na sua atuação e a identidade do coordenador em relação à sua função e a realidade escolar. A partir do levantamento teórico realizado, foi elaborada uma pesquisa de campo no intuito de levantar informações com o sujeito de pesquisa em questão. Após a coleta de dados se verificou que o C.P. é um elo na comunidade escolar, ele coordena o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas na escola, auxilia na elaboração do PPP e do currículo escolar, faz formação continuada com o corpo docente, auxilia na organização de eventos na escola, atende pais, demais responsáveis e alunos. Portanto, ser Coordenador Pedagógico é ser humano antes de tudo.

**Palavras-chave:** Educação; Coordenação Pedagógica; Psicanálise; Subjetividade; Identidade.

## ABSTRACT

This study investigated the identity of the Educational Coordinator in the school context of the public education system of the Federal District, from the contribution of psychoanalysis. The activity of these professionals is fundamental for the development of pedagogical actions at school, from the action planning to execution and evaluation, however the lack of definition or the scope of the definition of their functions have hampered the construction of the identity of this human and professional education. Therefore, it was necessary to identify in literature the relationship between legislation regarding the formation of the CP and its performance in the face of obstacles in interpersonal relationships at school, subjectivity coordinator and influence on its activities and the identity of the coordinator with respect its function and school reality. From the theoretical survey carried out it created a field survey in order to gather information with the research subject in question. After data collection was found CP is a link in the school community, he coordinates the planning, execution and evaluation of the actions developed at school, assists in the preparation of the PPP and the school curriculum, makes continuing education with faculty, assists in organizing events at school , meets parents, other guardians and students. So be Pedagogical Coordinator is a human being first and foremost.

**Keywords:** Education; Educational Coordination; Psychoanalysis; Subjectivity; Identity.



## **LISTA DE ABREVIÇÕES**

C.P. – COORDENADOR PEDAGÓGICO

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1.1. Justificativa .....	13
1.2. Problema.....	14
1.3. Objetivos .....	15
1.3.1. Geral.....	15
1.3.2. Específicos .....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	16
2.1. A formação do coordenador pedagógico e o seu papel de acordo com a legislação vigente .....	19
2.2. A subjetividade docente .....	22
2.3. A identidade do coordenador pedagógico.....	26
3. METODOLOGIA .....	29
3.1. Caracterização da Pesquisa .....	29
3.2. Sujeitos de Pesquisa e Local.....	30
3.3. Instrumentos de Pesquisa.....	30
3.4. Análise de dados .....	30
4. RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO.....	31
4.1. Análise do questionário.....	31
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	36
APÊNDICE I.....	39
APÊNDICE II.....	41
APÊNDICE III.....	43
APÊNDICE IV.....	45

## INTRODUÇÃO

As diferentes funções dentro da escola precisam funcionar de forma a somar elementos distintos para o mesmo objetivo: educar com qualidade. Essa qualidade é plural e complexa, o que muitas vezes cai em descrédito por não conseguir abarcar todas as expectativas dos diversos atores sociais da escola, contudo, educar com qualidade pode ser apontado como o trabalho dos diversos agentes envolvidos na comunidade escolar para que as crianças tenham oportunidades de se desenvolverem de acordo com o seu tempo e para a vida em uma sociedade baseada na diversidade e no respeito ao outro e a si mesmo.

Nesse sentido, cada pessoa que desenvolve o seu trabalho na escola precisa estar consciente da sua função e atribuições, além de possuir uma identidade enquanto agente educativo. No caso do Coordenador Pedagógico (C.P.), a quantidade de atribuições e a falta de uma determinação mais clara da sua função acabam por obstruir a formação da sua identidade. O que torna as relações interpessoais na escola, onde o coordenador seja um dos sujeitos, confusas no que tange o fazer do coordenador e o seu papel dentro do corpo docente da escola.

O C.P. é professor por formação, além disso, dos profissionais que compõe a escola o coordenador é o que atua com maior proximidade e durante a maior parte do seu tempo com os professores regentes, realidade que amplia a confusão entre a identidade do C.P. e a identidade do professor em sala de aula. A partir da compreensão do aspecto levantado no início do parágrafo, é possível afirmar que o trabalho do C.P. deve acontecer em conjunto com os professores regentes, de forma a estabelecer uma relação de cooperação e um ambiente amigável.

Esse profissional desempenha um papel de liderança junto aos professores nas diversas atividades pedagógicas que são desenvolvidas na escola, desde o planejamento escolar, a avaliação da aprendizagem, formação continuada dos profissionais da educação, datas comemorativas e preparação de materiais pedagógicos. Essa proximidade com o corpo docente da escola é fundamental, contudo, ao mesmo tempo em que o identifica enquanto professor pode levar à confusão do seu papel com o mesmo. É um paradoxo que acaba por confundir ainda mais o C.P. que busca compreender a sua identidade profissional.

A atuação do C.P. é baseada na interação amigável com o corpo docente da escola no intuito de contribuir para que os professores possam atingir os objetivos propostos no planejamento escolar e, com isso, é possível atingir a meta de intervir

na transformação da prática de cada professor, onde o isolamento do trabalho pedagógico ainda se faz presente em diversas unidades escolares.

Além da discussão teórica, a identidade do C.P. se relaciona com a formulação e a reformulação de dispositivos legais que tornam possível reconhecer o trabalho do C.P. em todas as instâncias: federal, estadual, municipal e distrital. Nesse universo legal, a constituição da identidade do C.P. passa por diversas concepções, desde atuar como suporte pedagógico ou assumir um “cargo comissionado da gestão da escola”, até a de que deve atuar como professor substituto e de reforço escolar.

A partir desse contexto, é preciso pensar a importância da construção da identidade do C.P. para a melhoria da qualidade da educação na escola e para aumentar a qualidade de vida desse sujeito/profissional, muitas vezes perdido em um mar de atribuições e isolado por não se enquadrar no corpo docente e na gestão da escola. Portanto, o presente trabalho pretende investigar qual é a identidade do C.P..

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo são explicitados os conceitos sobre a formação e o papel do C.P. de acordo com a legislação, a subjetividade docente e a identidade do C.P.. O segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada para a caracterização da pesquisa, definição dos sujeitos de pesquisa e do local, a escolha dos instrumentos de pesquisa de campo e a análise dos resultados. O terceiro e último capítulo aponta os resultados da pesquisa de campo com a análise das entrevistas realizadas.

### 1.1. JUSTIFICATIVA

A atividade do C.P. é fundamental para o desenvolvimento das ações na escola desde o planejamento das ações até a execução, contudo a falta de definição ou a amplitude da definição das funções do C.P. têm dificultado a construção da identidade desse ser humano e profissional da educação. Com isso, vários problemas podem ser desencadeados, tais como atribuir ao coordenador funções administrativas da esfera da gestão da escola, compreender o coordenador como professor substituto, disciplinador de alunos, responsável pela fotocópia e distribuição de atividades, elaborador de murais e assim por diante. Não que essas funções sejam descartadas, o problema é a redução da função do coordenador a qualquer uma delas. Portanto, compreender o conjunto de atribuições e o papel do C.P. na escola é fundamental para a formação da sua identidade no contexto escolar, humano e profissional.

Nesse sentido, se pode afirmar que existe uma relação direta entre a discussão a respeito da definição da função do professor C.P. e a análise das estruturas instaladas nos espaços da escola. Dessa maneira, é preciso analisar as relações hierárquicas que acabam engessando e bloqueando o desenvolvimento das atividades do C.P., bem como a formação de espaços de atuação desses profissionais. Além disso, a atribuição de ações improvisadas para suprir necessidades emergenciais na escola como a substituição de professor regente, o atendimento em primeiros socorros para crianças, a aplicação de medidas punitivas previstas no regimento escolar e tantas outras, não podem ser consideradas a função do C.P..

Outras questões são relevantes para a formação da identidade do professor C.P. escolar, uma delas é a de que o mesmo deve ser um profissional da própria escola. Com isso, é possível garantir a sua constituição enquanto profissional integrado ao contexto da comunidade escolar, ao contrário da atuação de um especialista externo que assessora periodicamente as atividades de planejamento escolar, formação docente, desenvolvimento de programas educativos ou curriculares na escola de acordo com Imbernón (2000).

## **1.2. PROBLEMA**

Qual é a identidade do C.P. no contexto escolar?

Esse questionamento partiu da experiência e da observação do trabalho cotidiano do C.P., portanto, traz um fato vivencial para se tornar objeto de estudo.

### **1.3. OBJETIVOS**

#### **1.3.1. Geral**

Analisar qual é a identidade do C.P. de uma escola pública do Distrito Federal.

#### **1.3.2. Específicos**

Identificar a relação entre a legislação a respeito da formação do C.P. e a sua atuação em relação aos entraves nas relações interpessoais na escola;

Compreender como a subjetividade do coordenador pode influenciar na sua atuação;

Investigar a expectativa do coordenador em relação à sua função e a realidade escolar.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão a respeito da identidade do C.P. está atrelada ao processo de autoafirmação desse profissional que luta pela conquista do seu espaço, pelo reconhecimento da importância da sua atuação na unidade escolar e da definição da sua função dentro da organização pedagógica da escola. Dessa maneira, outro aspecto fundamental para a compreensão da identidade desse profissional da educação é a sua formação, inicial e continuada. Em relação à sua formação inicial, veremos mais adiante que não existe uma unidade ou consenso de como deve ser essa formação, portanto, temos professores atuando na coordenação pedagógica apenas com formação genérica em pedagogia, ou até mesmo licenciados de áreas específicas sem nenhuma preparação específica para o desempenho da função.

Essa improvisação é extremamente prejudicial para a estrutura pedagógica da escola, pois não se tem efetivamente um C.P. atuante, mas se tem um professor substituto ou um apoio para a gestão da escola, configurando assim o desvio de função. Assim sendo, é preciso repensar a importância desse profissional que deve estar voltado “à organização, compreensão e transformação da práxis docente, para fins coletivamente organizados e eticamente justificáveis” (FRANCO, 2008, p. 3).

Entre as ações desempenhadas pelo C.P., o planejamento escolar é um processo que vai além da confecção do Projeto Político Pedagógico (PPP), portanto, o agente responsável pela transformação no cotidiano escolar através da construção e reconstrução pedagógica é o coordenador, pois ele articula a construção do PPP e orienta a execução das atividades pedagógicas a partir do mesmo.

De acordo com Freire (1996) “a teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.” Nesse sentido é importante que a prática do C.P. aconteça a partir da reflexão da relação entre a teoria e a realidade da escola, sendo assim, Vasconcellos (2007) afirma que a dialética entre ação e reflexão determina a construção da práxis. Portanto, da mesma maneira que como o professor regente deve ter a prática como referência para a sua reflexão, o C.P. deve agir e pensar dialeticamente sobre a realidade, refletindo sobre ela dentro e fora do espaço/tempo das reuniões pedagógicas semanais. E essa reflexão deve objetivar uma intervenção baseada na análise crítica da realidade contextualizada teoricamente e seguindo o PPP da escola.



De acordo com Rabelo (2015, pág. 06):

Aliada à discussão teórica, a relação da identidade do coordenador pedagógico com a criação e permanente alteração nos dispositivos legais fazem seu reconhecimento percorrer significações que vão desde o âmbito das leis federais às especificidades dos desmandos legislativos dos municípios. Nesse percurso, a constituição da identidade do coordenador pedagógico atravessa ideias como: “ser suporte pedagógico”, “atuar como professor nomeado para a função”, “assumir-se como um cargo comissionado da gestão local”, e “ter sua atuação medida na razão da especificidade de ação”. A ideia de suporte é muito própria da legislação que versa sobre a função dos especialistas em educação. Ser suporte, antes mesmo de ser uma tarefa que carrega ao coordenador pedagógico uma instrumentalização meramente sustentadora da ação docente, é uma função complementar, de subsidiação, de reforço. Muitos riscos advindos da ideia de suporte provocam uma alteração na identidade do coordenador para um faz-tudo, para uma pilastra “suportadora” de todos os pesos da escola e dos professores.

A partir da reflexão acima é possível compreender que a constituição da identidade do professor C.P. está diretamente relacionada com a sua formação inicial e continuada, com a legislação existente, assunto a ser tratado mais a frente no presente trabalho, além das expectativas dos atores da comunidade escolar. Portanto, é preciso verificar esses fatores para poder discernir melhor os problemas que cercam o processo de elaboração da identidade do C.P..

O presente trabalho encontrou na psicanálise uma possibilidade de ir além do tecnicismo no que concerne à formação e atuação do C.P, dessa forma, este estudo pretende abordar outro olhar sobre a complexidade das relações humanas no contexto institucional, a partir da própria dinâmica da comunidade escolar e seus profissionais da educação. De acordo com Tanis (1995), esses profissionais se constituem a partir da sua história mnêmica de vida, onde os seus saberes são constituídos de forma a estabelecer uma relação singular consigo, com o outro e com o mundo, (CHARLOT, 2000).

A análise da conexão entre a psicanálise e as organizações é necessária para que se possa aprofundar a compreensão da dinâmica interpéssica dos sujeitos que se relacionam na instituição de forma heterogênea, formando uma teia de relações complexas permeadas pelas formas de ser e estar, da imprevisibilidade da incompletude, do narcisismo e da idealização de cada indivíduo. Dessa forma, se compreende o espaço institucional enquanto um lugar de relações tensionadas

pelas contradições, portanto, o sujeito que exerce o papel de C.P., apesar da idealização dos outros sujeitos pertencentes à comunidade escolar, está sobreposto à sua própria subjetividade e na dinâmica grupal do “narcisismo das pequenas diferenças” (FREUD, 1921).

## **2.1. A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO E O SEU PAPEL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE**

A formação do C.P. está definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9394/96, portanto, para o exercício da referida função é necessário possuir formação inicial em nível superior em Pedagogia ou Pós-Graduação específica em coordenação pedagógica. Ainda de acordo com a mesma lei, o Art. 67 determina como pré-requisito fundamental para o exercício da função, no seu parágrafo único, possuir experiência docente para atuação como Coordenador Pedagógico (BRASIL, 1996).

Dessa maneira, para adquirir o direito de atuar como C.P. é preciso possuir graduação em Pedagogia, contudo, existe a possibilidade de obter uma Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica, portanto, outros licenciados podem concorrer ao cargo. De qualquer maneira, o presente trabalho foi desenvolvido dentro das séries iniciais do Ensino Fundamental, portanto, a formação inicial das pessoas que ocupam o cargo de C.P. é a Pedagogia.

A legislação vigente aborda de forma superficial o perfil do profissional da educação voltado para o suporte pedagógico, o acompanhamento da ação docente, o planejamento curricular e do Projeto Político Pedagógico da escola, ou seja, a supervisão e a coordenação da educação básica. É importante lembrar que a supervisão pedagógica existe legalmente desde a Lei n. 5.692/71, bem como as exigências para a sua formação e atuação, citadas tanto na nova LDB quanto na lei anterior.

Sendo assim, a legislação estabelece a existência de especialistas dentro da carreira docente, onde a LDB atual, no seu Artigo 67, parágrafo único, define a experiência docente como pré-requisito fundamental, nos termos das normas de cada sistema de ensino. Esse preceito legal é explicitado no artigo 2º da Resolução Nº 03(CNE-CEB) de 8 de Outubro de 1997, inclusive com a fixação de diretrizes para os novos Planos de Carreira e Remuneração para o Magistério dos entes federados, Estados, Distrito Federal e Municípios. A referida lei ratifica o conteúdo da LDB n. 9.394/96 no seguinte trecho:

“integram a carreira do Magistério dos Sistemas de Ensino Público os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção

ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional”(BRASIL, 1996).

Pode se entender a profissão docente como uma “função social específica e especializada, por realizar parcela significativa da atividade educativa que a sociedade considera relevante para sua conservação e transformação” (BUSSMANN; ABUDD, 2002, p.135). Para tanto estes profissionais precisam apreender-se de um conjunto de habilidades intelectuais, teóricas e práticas quanto à metodologia que envolve o trabalho docente, além disso, exige-se deste profissional uma capacidade constante de tomada de decisões, numa atividade laboral que tem como “objeto” o próprio ser humano, o que torna a natureza do trabalho docente e das atividades desenvolvidas mais complexos e dinâmicos.

Paulo Freire (1996) defende a ideia de que ensinar e aprender são processos indissociáveis, ou seja, não existiria um sem a existência do outro, e que por meio do aprendizado que a ideia de ensinar tornou-se possível. O referido autor também defende o princípio da educação como processo de comunicação entre sujeitos mediados pela sociedade, onde o aluno tem a mesma importância que o professor, e que, portanto um como o outro ensina e aprende, dessa maneira o professor deve adotar uma postura de inquietação e admiração em relação ao novo e ao inesperado, revendo a sua prática constantemente numa construção dialética com o objetivo de tornar-se a si mesmo mais humano e por conseguinte ensinar para além do conteúdo.

Assim sendo, parece que reside no professor o fator principal de sucesso e fracasso no processo de ensino aprendizagem, pelo menos é o que se pode perceber com mais latência no senso comum. Isso acontece por alguns fatores tais como: os estudantes passam a maior parte do tempo na escola em contato com o professor, a responsabilidade de trabalhar o conteúdo curricular está centrada no professor e quem avalia o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos é o professor, além do mais, parece que alguns aspectos da estrutura social atual imputam ainda mais responsabilidades ao professor, cobrando deste, tarefas que deveriam ser da família e do ambiente social onde o estudante se relaciona fora do ambiente escolar. Portanto, não é estranho que o professor seja o alvo da população, do governo e da mídia de massa quando algo não vai bem com a

educação, mas esse assunto tal como o da valorização do trabalho docente são assuntos para possíveis trabalhos futuros.

O C.P. é um professor, desempenha a sua função a partir desse princípio, portanto, o sentido de coordenar um grupo de professores torna mais significativo a ação pedagógica do coordenador. Portanto, instrumentalizar o professor especialista para o desempenho das suas funções é fundamental, contudo, a singularidade e a subjetividade docente devem ser destacadas como pontos fundamentais para a atuação desse sujeito na instituição escolar. Portanto, é preciso compreender o C.P. como um todo, considerando o ser humano/profissional permeado pelas relações interpessoais e sua experiência de vida que traz o registro marcante da constituição dessa trajetória.

Dessa maneira, a constituição do ser docente perpassa o ideário pedagógico e as questões psíquicas de cada indivíduo, dessa maneira se ampliam as variáveis que constituem a formação do C.P. Nesse sentido, Almeida (2001) aponta a questão da historicidade na formação continuada de professores sob a perspectiva de que a dimensão pessoal do professor extrapola a sua capacitação profissional, tendo em vista que esse sujeito ensina partir do que ele é, ou seja, da sua constituição singular e subjetiva.

## 2.2. A SUBJETIVIDADE DOCENTE

A subjetividade se constitui na história de vida de cada sujeito, caracterizando a individualidade a partir do conjunto das experiências vividas em determinado contexto social, político, econômico e cultural. Além disso, é preciso considerar esse sujeito a partir do seu inconsciente, ou seja, daquilo que caracteriza a complexidade nas relações internas e externas do sujeito.

Nesse sentido, a personalidade do professor fica impressa no seu trabalho, nas relações interpessoais dentro e fora da unidade escolar, portanto, é fundamental analisar a sua experiência vivencial durante o exercício da profissão, pois ela constitui esse sujeito, tendo em vista a impossibilidade de separar o profissional do humano.

O presente trabalho partiu desse princípio para selecionar a obra de Freud como suporte teórico/conceitual, ou seja, a psicanálise. Portanto, foi necessário buscar conceitos psicanalíticos para compreender a constituição desse sujeito multideterminado. Dessa maneira, o C.P precisa ser visto como ser humano em todas as suas dimensões, onde o exercício das suas atividades revela a sua subjetividade. Para isso, é preciso compreender alguns conceitos: inconsciente, id-ego-superego, sexualidade, identificação, transferência, sublimação, narcisismo e pulsão.

O inconsciente compreendido por Freud como parte da psique humana que lateja constantemente no ser humano, por isso ele observou que os atos mentais e sociais *“tem uma causa definida, obedecem a um propósito e são emocionalmente lógicos, mesmo que, de um ponto de vista intelectual, aparentemente não seja assim”* (TALLAFERRO, 1996, p. 39). Dessa maneira, se pode afirmar que o inconsciente é constituído pela experiência vivencial humana, mas que não se manifesta ao bel prazer do indivíduo.

Com o avanço dos seus estudos, Freud (1923) identifica e desenvolve a teoria do aparelho psíquico formado pela tríade id-ego-superego. Onde o inconsciente e os impulsos são representados pelo *id*, a voz da consciência é o *superego*, ou seja, é a manifestação da internalização das normas éticas desde as primeiras experiências vividas. E como mediador dessa relação *Id* e *superego*, o *ego* busca o equilíbrio entre o mundo interno e o externo. Portanto, o inconsciente compreende essas três instâncias indivisíveis e complementares.

Em relação ao conceito de sexualidade, Freud (1909) aponta que a mesma não se restringe ao prazer genital, tendo como início os primórdios da infância, onde ela é mais abrangente no sentido de englobar os primeiros prazeres e desprazeres físicos. Essa etapa vivencial também é marcada pela presença do outro, ou seja, dos responsáveis pelo cuidado parental que acabam exercendo um papel relevante para a constituição da psique que servirá de alicerce para esse sujeito durante toda a sua vida.

De acordo com Tallaferro (1996, p. 83), o conceito de identificação surge nesse momento dos primeiros prazeres e desprazeres físicos e *“representa a forma mais precoce e primitiva de vinculação afetiva”*, considerando que *“somos feitos de todas as marcas que deixam em nós os seres e as coisas que amamos fortemente agora ou que amamos fortemente no passado e às vezes perdemos”* (NASIO, 1999, p. 84).

Outro conceito fundamental para compreensão da psique humana e das relações interpessoais é a transferência identificado por Freud (1909) na relação analista-paciente, contudo ele defendia que era possível estendê-lo para todas as relações humanas. De acordo com Morgado (2002), o processo de transferência ocorre na medida em que uma pessoa torna a viver uma situação anterior em uma atual, ou seja, as experiências vividas na infância vêm à tona em emoções diversas como o afeto, erótica ou hostil.

Em relação ao conceito de sublimação, é preciso compreender o sujeito em sua relação com o meio social, portanto, na literatura psicanalítica esse conceito é compreendido como um mecanismo de defesa contra as pulsões (esse conceito será apresentado adiante). Dessa maneira, se pode afirmar que a sublimação é um processo relativo à própria pulsão, com isso, ela propicia a possibilidade de atingir certo grau de satisfação sexual a despeito da defesa e pode ser considerada, grosso modo, como um alívio da pulsão.

O conceito de narcisismo deriva da mitologia grega, onde a lenda de Narciso descreve um sujeito que olhava longamente sua própria imagem na beira do lago, ao ponto de morrer por inanição. Contudo, a Psicanálise trata do narcisismo como um modo singular da relação do sujeito com a sua sexualidade, todavia, essa relação não se restringe a uma mera patologia, tendo em vista, também, a sua função protetora do psiquismo. De acordo com Houser (2006, pág. 33), o narcisismo *“que promove a constituição de uma imagem de si unificada, perfeita, cumprida e*

*inteira*” ultrapassa o autoerotismo para fornecer a integração de uma figura positiva e diferenciada do outro.

O conceito de pulsão abrange as duas dimensões da existência do sujeito, a vida e a morte. Sendo assim, se tem duas pulsões básicas: eros, ou pulsão sexual, para a vida, e tânatos, ou pulsão agressiva, de morte. A origem da energia psíquica que se acumula no interior do ser humano tem na pulsão a sua mola propulsora, gerando uma tensão que exige ser descarregada. Dessa maneira, o objetivo do sujeito seria o de atingir um baixo nível de tensão interna. Para isso é preciso realizar um processo de descarregamento de tensões psíquicas, onde as três estruturas da psique humana (id, ego e superego) desempenham um papel fundamental na determinação de como esse descarregamento ocorrerá. É importante frisar que todos esses processos se desenvolvem no nível do inconsciente.

Após uma breve apresentação de alguns conceitos da psicanálise, se faz necessário esclarecer o significado do termo subjetividade. Primeiramente, é importante considerar que a subjetividade docente se refere “ao conjunto das representações do modo de ser e de agir dos professores no exercício de suas funções” (ALMEIDA, 2012). Ainda de acordo com a mesma autora:

As lacunas existentes na educação, quanto à compreensão da singularidade de cada sujeito e a sua decorrência na prática educativa, restituem o lugar de centralidade no conceito de sujeito na formação de professores, situando os elementos subjetivos do processo de formação da identidade do professor. (IDEM, 2012)

Nesse sentido, tanto a dimensão psíquica quanto a social são evidenciadas pela psicanálise, de forma a reconhecer que desde o nascimento do ser humano ele precisa do cuidado do outro que o sujeita à linguagem em todas as suas manifestações, portanto, essa relação marca o sujeito para toda a sua vida. Portanto, a subjetividade sob o enfoque psicanalítico passa pela dimensão do inconsciente constituído também pela afetividade vivenciada desde a infância, a partir da relação familiar, ou seja, do primeiro grupo social através do qual cada indivíduo reage de forma única com as vicissitudes da “*angústia provocada pela ameaça de perda de amor*” (PLASTINO, 2001, p. 130).

Dessa maneira, Almeida (2012, pág. 12) afirma que:



Os processos de subjetivação, que servem como base relacional à constatação dos múltiplos aspectos que permeiam o campo de atuação docente, podem determinar a prática pedagógica e as relações entre professor-aluno. Nessa operação há elementos que vinculam as experiências discentes de sua trajetória como sendo estruturantes da formação docente, identificando-se – no decorrer de sua constituição – as marcas, as inscrições originárias que o sujeito carrega e que, de certo modo, se revelam no que ele vier a realizar em sua vida profissional. Considerar a busca da vivência discente como marca na formação docente é pensar que a identidade do professor revela-se, também, a partir do seu ser aluno.

A partir dessa compreensão, é possível analisar com maior esclarecimento as relações conflituosas na fase adulta, quando as pessoas reagem de forma imatura, com atitudes infantis, tendo em vista que essa dimensão do infantil constitui, também, o inconscientemente, influenciando em todas as formas de se relacionar socialmente. Dessa maneira:

[...] na reflexão sobre os aspectos inconscientes da constituição da subjetividade docente e suas implicações para o cenário educativo sublinha-se a aproximação das interferências advindas dessa constituição: como sua “verdade histórica” o sustenta em sua posição de educador. (IDEM, 2012)

Dessa maneira, se pode afirmar que o processo de identificação que constitui o humano/profissional está diretamente ligado com a primeira infância passando por todas as experiências vivenciadas ao longo do tempo, onde o inconsciente se torna o lugar desses registros que se manifestam nas relações interpessoais. Portanto, é preciso compreender o C.P. na sua subjetividade, onde não se pode separar o humano do profissional, antes disso, é necessário refletir a respeito dessa constituição do profissional que se inicia antes da graduação ou pós-graduação, antes mesmo da vida escolar.

### 2.3. A IDENTIDADE DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

O termo identidade tem vários significados, contudo, o presente trabalho trata da identidade enquanto humano/profissional, numa relação indissociável, portanto, a área mais indicada para a busca de conceitos a respeito desse assunto é a psicanálise. O termo identidade significa o reconhecimento de um lugar no mundo, ou seja, as múltiplas relações que constituem o sujeito que age sobre si e sobre o outro. Mediado pelo contexto sócio cultural da sua época, Freud (1914) aponta que esse processo de identificação se inicia desde a infância a partir das primeiras relações sociais, onde esse processo inicial determinará os próximos na vida do sujeito.

O processo de identificação é processual e constitui o sujeito na medida em que esse assimila aspectos, traços e atributos daqueles que o rodeiam, nesse sentido, Serpa (2011, p. 14) afirma que o coordenador “vive crise de identidade”. Essa crise pode ser explicada a partir da observação das atividades desenvolvidas por esse profissional em seu cotidiano, onde o mesmo realiza tarefas que, muitas vezes, não lhe competem: cuidar de questões financeiras e burocráticas, substituir os professores que faltam, ser o ajudante do diretor, um inspetor que detecta problemas de comportamento dos discentes e docentes.

Contudo, é preciso observar que nem todos os envolvidos no processo educativo formal conseguem identificar com clareza a função do C.P. Sendo assim, essa falta de consistência do que seria o ser e o fazer do C.P. acabam contribuindo para o problema da identidade desse sujeito.

Para iniciar a compreensão dessa identidade do C.P. é preciso localizar a área de atuação desse profissional, portanto, a identidade do coordenador é construída a partir da sua identidade docente. O C.P. é, antes de tudo, um professor. Ele passa por todos os processos de construção de identidade docente antes de se identificar como coordenador. O C.P. constitui-se como um professor, mas, ao assumir a função de C.P., ele não se sente mais como colega dos professores, mas, como parte da equipe gestora da escola. Contudo, esse profissional também se identifica com o ofício docente, apesar de não lidar diretamente com os alunos. Mas, a resolução de problemas inesperados a partir da “intuição” é um ponto comum no exercício da função. E na ação formadora dos professores ele também demonstra a sua personalidade e expõe suas ideias, saberes, leituras e conhecimentos nos encontros de formação continuada na escola. O coordenador é um profissional

reflexivo, reconstruindo permanentemente seus saberes, nas relações travadas entre os demais membros da comunidade escolar. Todas estas considerações feitas são parte da construção da função de coordenador.

De acordo com Arroyo (2008, p.19), o cotidiano escolar reforça a identidade coletiva do professor, porém, com o C.P. ocorre o contrário, ele desconstrói a sua identidade coletiva docente para constituir-se de outra identidade. Dessa forma, o professor no exercício da função de C.P. não pertence à equipe docente da escola, antes disso ele se aproxima da gestão escolar representando a voz do gestor junto aos professores. Com isso, a visão de melhora nos resultados educacionais do C.P. amplia-se da visão micro da sala de aula para a visão macro da escola e do sistema educacional.

Para Sacristán (1999, p.65), o contexto escolar é o lugar das interações que desencadeiam um processo de identificação dos sujeitos em relação à sua profissão e a própria instituição, portanto, o referido autor define como interações “identitárias”. Nesse contexto, as ações associadas ao trabalho da coordenação pedagógica na escola como a implantação do projeto político-pedagógico, o planejamento curricular, a elaboração da proposta pedagógica e outras, são realizados pelo sujeito a partir das suas ideologias, dos seus valores éticos e morais, em confronto com os demais sujeitos do ambiente escolar, sendo assim, o contexto sócio-cultural possui um papel preponderante para a formação da identidade do C.P.

O conceito de identidade perpassa pelas relações sociais entre o C.P. e os membros da comunidade escolar. O coordenador estabelece relações de interação social tanto em vínculos afetivos quanto em possíveis conflitos que possam ocorrer no cotidiano escolar. Sendo assim, os profissionais no meio socialmente organizado apresentam conflitos manifestos ou latentes entre os docentes e o coordenador. Os processos sociais ocorridos na escola facultam aos sujeitos a resistência e/ou a negociação com as condições existentes na escola.

A identidade do C.P. é um processo complexo, na medida em que não é possível determinar um fator que a determine por completo, pelo contrário. A pluralidade de fatores inerentes ao processo “identitário” cria um dilema na medida em que a função do C.P. se diversifica na escola. Assim aponta Sacristán (1999, p.86-87), contudo, o autor identifica essa diversificação para além das funções desse profissional sob a ótica das urgências que ocorrem na escola e acabam

demandando a ação do coordenador sem qualquer planejamento prévio, onde, na maioria das vezes, são situações de conflito interpessoal.

Dessa maneira, é importante compreender que a capacidade de organização das ações desempenhadas em uma instituição escolar influencia diretamente no processo “identitário” do C.P. e de outros profissionais, portanto, alguns dos diversos fatores fundamentais para esse processo de identificação desse profissional são: a formação inicial e continuada, o contexto social, político e cultural vivenciados pelo sujeito, bem como a organização do trabalho pedagógico institucional.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho compreende a psicanálise enquanto método que resgata os sentidos das vozes coletivas, ao contrário do que seria “um sistema de proposições teóricas sobre a natureza humana e o psiquismo”. Dessa maneira, através da psicanálise, se visa “recuperar o inconsciente, ou seja, partes de discursos concretos transindividuais não ditas, nos próprios termos e contextos em que se formulariam.” (BAIRRÃO, 2005)

Ainda de acordo com Bairrão (2005, pág. 442):

Os significantes circulam socialmente, atingindo de modo singular cada sujeito, mas inter-relacionando e estabelecendo laços entre um número enorme de pessoas. Delineiam campos de identidade e de diferenças, cimentam laços culturais e intergeracionais, inscrevem a possibilidade de lembranças intra e intersubjetivamente dadas e criptografam a memória de glórias e de misérias. Guardam gozos, lutos e conflitos.

O presente trabalho pretende investigar a identidade do C.P. no contexto escolar, contudo, as unidades escolares trabalham com uma equipe de coordenadores pedagógicos, com isso é preciso trabalhar na perspectiva de um grupo de sujeitos submetidos à mesma realidade objetiva. Sendo assim, o método de investigação escolhido é o da Conversação, compreendido como:

[...] dispositivo de pesquisa em psicanálise e educação. A aposta que se faz nas Conversações é, principalmente, por se tratar de uma metodologia de pesquisa em grupo que considera as particularidades dos sujeitos. [...] O dispositivo da conversação utilizado como metodologia de pesquisa em psicanálise e educação tem na "associação livre coletivizada" o ponto forte de sustentação, na medida em que permite que o objeto de estudo seja analisado a partir de uma multiplicidade ou proliferação de significantes, já que acontece em grupo. Ao mesmo tempo, a consideração da palavra como a expressão de um saber inacabado nos remete a um sujeito que "diz sempre mais do que sabe" como afirma Lacan. Assim, não se busca um saber fixado do sujeito, organizado pelo simbólico ou preso ao significante dado pelo Outro.

Trata-se de uma tentativa de localizar os pontos de condensação do mal-estar na cultura atual, porque abre as possibilidades para cada membro do grupo questionar esses pontos. É uma modalidade de investigação que, para além da busca de informações, propõe uma intervenção no campo pesquisado. (BAIRRÃO, 2005, pág. 446)

É importante observar que o pesquisador em psicanálise e educação precisa agir sob a perspectiva da escuta participante, tendo em vista que tanto os sujeitos de pesquisa quanto o pesquisador se relacionam dialogicamente, portanto:

[...] uma escuta participante (dada a interpelação e a estrutura dialógica do fenômeno, a participação revela-se um instrumento de refinamento da audição).

Os níveis de revelação do fenômeno são proporcionais ao modo de abordá-lo e a escuta participante é também uma propedêutica ao deciframento das semioses em jogo. (BAIRRÃO, 2005, pág. 446)

### **3.2. SUJEITOS DA PESQUISA/LOCAL**

Os sujeitos de pesquisa são as coordenadoras pedagógicas locais, 3 (três) no total, todas possuem graduação em pedagogia com especialização em Coordenação Pedagógica, e em relação à experiência, todas ingressaram a menos de três anos na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

O local de pesquisa foi a Escola Classe 15 de Planaltina, Distrito Federal, inaugurada em 2008, atende as séries iniciais do Ensino Fundamental com um total de 34 (trinta e quatro) turmas no diurno, com cerca de 1000 (mil) alunos (as).

### **3.3. INSTRUMENTO DE PESQUISA**

A investigação de campo foi realizada por meio de questionário, de acordo com o Apêndice I, aplicado aos sujeitos de pesquisa citados anteriormente. Neste caso, o questionário tem o objetivo de colher dados a respeito da identidade do C.P. em seu local de trabalho. Neste sentido pretende-se chegar a informações que possam complementar as teorias apresentadas na revisão bibliográfica.

### **3.4. ANÁLISE DE DADOS**

O tratamento dos dados coletados será predominantemente qualitativo, prerrogativa da pesquisa educacional, visando à construção de conhecimento científico. Para tanto, será utilizada a análise de conteúdo, apregoada por Bardin (1977).

## **4. RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO**

### **4.1. ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO**

A partir da aplicação do questionário, Apêndice I, algumas informações foram coletadas no sentido de responder ao problema levantado inicialmente: Qual é a identidade do C.P. no contexto escolar?

Para isso, o referido questionário foi aplicado à três coordenadoras pedagógicas, daqui em diante identificadas da seguinte forma: Sujeito de Pesquisa 01, Apêndice II; Sujeito de Pesquisa 02, Apêndice III; e Sujeito de pesquisa 03, Apêndice IV.

A primeira pergunta do questionário se refere à formação acadêmica, nesse caso, os três sujeitos de pesquisa possuem Pós-Graduação/Especialização em Coordenação Pedagógica. Além disso, na segunda pergunta do referido instrumento de coleta de dados, todos os sujeitos de pesquisa afirmam possuir de 2(dois) a 5(cinco) anos de experiência como professor da Educação Básica. Portanto, atendem ao disposto na LDB Nº 9394/96, onde é determinado para o exercício da referida função possuir formação inicial em nível superior em Pedagogia ou Pós-Graduação específica em coordenação pedagógica. E o Art. 67 da referida lei determina como pré-requisito fundamental para o exercício da função, no seu parágrafo único, possuir experiência docente para atuação como Coordenador Pedagógico (BRASIL, 1996). Sendo assim, todos os sujeitos possuem os requisitos legais para o exercício da sua função.

Em relação à terceira pergunta que questiona o conhecimento da legislação que determina a função do C.P por parte dos sujeitos de pesquisa, os Sujeitos de Pesquisa 01 e 02 afirmaram conhecer em parte, já o sujeito de pesquisa 03 afirmou conhecer a legislação aplicada à sua função. Com isso, ao avaliar as respostas da quarta pergunta, é possível perceber que todos afirmaram que conhecer a legislação é importante “para um bom desenvolvimento do trabalho”. Dessa maneira, se pode afirmar que não há falta de conhecimento por parte dos Sujeitos de Pesquisa, no que concerne à legislação que rege a atuação do C.P. Tendo em vista que as três primeiras perguntas do questionário apontam para a concepção formal/legal dos professores que pretendem atuar como coordenadores.

A quinta pergunta, respondida da mesma maneira por todos, aponta um pensamento em comum de que o C.P precisa atender ao corpo docente e à comunidade escolar, fala que carrega em si um erro em relação á concepção de

comunidade escolar, entendida pela Lei Nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, no seu Art. 3º, Incisos de I ao VII e parágrafo único como:

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, especialmente no que tange à habilitação como eleitores, entendem-se por comunidade escolar das escolas públicas, conforme sua tipologia:

I – estudantes matriculados em instituição educacional da rede pública, com idade mínima de treze anos e frequência superior a cinquenta por cento das aulas no bimestre anterior;

II – estudantes matriculados em escolas técnicas e profissionais em cursos de duração não inferior a seis meses e com carga horária mínima de 180 horas, com frequência superior a cinquenta por cento das aulas no bimestre anterior;

III – estudantes matriculados na educação de jovens e adultos com frequência superior a cinquenta por cento das aulas no bimestre anterior;

IV – estudantes matriculados em cursos semestrais, com idade mínima de treze anos e frequência superior a cinquenta por cento das aulas no semestre em curso;

V – mães, pais ou responsáveis por estudantes da Rede Pública de Ensino, os quais terão direito a um voto por escola em que estejam habilitados para votar;

VI – integrantes efetivos da carreira Magistério Público do Distrito Federal em exercício na unidade escolar ou nela concorrendo a um cargo;

VII – integrantes efetivos da carreira Assistência à Educação, em exercício na unidade escolar ou nela concorrendo a um cargo;

VIII – professores contratados temporariamente pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF em exercício na unidade escolar por período não inferior a dois bimestres;

Parágrafo único. Os grupos integrantes da comunidade escolar discriminados neste artigo organizam-se em dois conjuntos compostos, respectivamente, por aqueles descritos nos incisos de I a V e aqueles constantes nos incisos de VI a VIII.

Dessa maneira, é possível afirmar que mesmo um erro que pode ser considerado pequeno, pode influenciar na ação desses sujeitos na unidade escolar, determinando inclusive as relações sociais dentro da instituição. Além disso, o objetivo específico do presente trabalho que trata da relação entre a legislação a respeito da formação do C.P. e a sua atuação em relação aos entraves nas relações interpessoais na escola, foi contemplado na medida em que se percebe uma superficialidade da legislação que não abrange toda a complexidade da atuação desse profissional, pois desconsidera a constituição da subjetividade do sujeito na sua práxis profissional e humana.



A sexta pergunta pretende revelar as maiores dificuldades encontradas no desempenho da função do C.P. E da mesma forma como as duas perguntas anteriores, as respostas foram praticamente iguais. Portanto, antes de analisar a sexta pergunta, é preciso considerar que o questionário foi preenchido na unidade escolar, sem a presença do aplicador (pesquisador), dessa forma, é possível que os três Sujeitos de Pesquisa tenham preenchido o questionário a partir de um consenso. Em relação a análise da pergunta em questão, o relacionamento interpessoal e a resistência às atividades propostas foram apontados como as maiores dificuldades na ação do C.P. Contudo, em uma análise superficial, é possível verificar que se há um problema de relação interpessoal a resistência às atividades propostas poderiam ser uma reação do problema inicial. Portanto, é preciso compreender que a subjetividade nas relações interpessoais amplia o conceito de educação enquanto área científica para algo maior.

A sétima pergunta questionou a respeito dos pontos positivos no desenvolvimento da função. O Sujeito de Pesquisa 01, respondeu: “Ver o crescimento dos alunos e poder participar do processo de ensino aprendizagem.”. Os Sujeitos de Pesquisa 02 e 03 afirmaram: “Participar do crescimento pedagógico e social dos alunos.”.

Nesse sentido, Pereira (2003, pág. 93) afirma que:

[...] para além de todo sonho racionalista defensor, de que o bem-estar do homem viria do desenvolvimento científico, a educação também ancora-se, por assim dizer, na estranheza do indecível. Essa intuição nos leva a crer que o ato de educar de um bom professor tem a ver com a maneira desse profissional se posicionar frente ao inconsciente, ou seja, frente ao cerne da descoberta freudiana: a emergência de uma divisão fundamental do sujeito, de uma ruptura, de uma “hiância” (termo de Lacan).

A subjetividade docente precisa ser compreendida como parte do processo educativo, pois constitui as relações sociais em todas as instâncias da instituição escolar. Sendo assim, a atuação docente se constitui a partir dos processos de subjetivação, onde as experiências discentes de sua trajetória estruturam a sua formação docente, podendo despertar o processo de transferência, o complexo de Édipo, a sublimação e outras manifestações do inconsciente. Com isso, o objetivo específico que trata da compreensão de como a subjetividade do coordenador pode

influenciar na sua atuação foi contemplado pela exposição de que existem fatores emocionais que interferem na ação desses profissionais. Portanto, compreender a subjetividade a partir da psicanálise é fundamental para analisar a atuação do C.P.

A oitava e última pergunta se refere a como os Sujeitos de Pesquisa descrevem a identidade do C.P. O Sujeito de Pesquisa 01 respondeu: “Ser comunicativo, participativo, criativo, comprometido, dinâmico, e acima de tudo, ser um elo entre os professores, alunos e direção.”. O Sujeito de Pesquisa 02 afirmou: “O Coordenador Pedagógico deve ser dinâmico, criativo, comprometido, atualizado e ser um elo de ligação entre alunos, professores e gestores.”. O Sujeito de Pesquisa 03 registrou: “O Coordenador Pedagógico deve ser dinâmico, criativo, comprometido, atualizado e ser um elo de ligação entre alunos, professores e gestores.”.

Dessa maneira, se pode perceber que além dos atributos pessoais como ser comunicativo, participativo, criativo, comprometido, dinâmico e atualizado, os Sujeitos de Pesquisa foram unânimes em afirmar que é fundamental atuar como elo na comunidade escolar. Portanto, desde a crise de identidade do C.P., de acordo com Serpa (2011), passando pelo contexto de dilemas (SACRISTÁN, 1999), a identidade desse profissional se constitui num processo bilateral, onde de um lado existe a expectativa de corresponder e do outro de ser correspondido. Sendo assim, o objetivo específico que trata da expectativa do coordenador em relação à sua função e a realidade escolar foi contemplado a partir da compreensão de que essa identidade é construída nas relações interpessoais, e se encontra em movimento constante diante das mais diversas situações.

A psicanálise foi desenvolvida para que se pudesse compreender o ser humano para além das relações objetivas, portanto, compreender a identidade do C.P. deve ir além da legislação objetiva e da divisão de funções dentro do contexto escolar. Dessa forma, ao questionar qual é a identidade desse profissional dentro do contexto escolar, o objetivo era o de analisar a subjetividade desse sujeito na constituição da sua práxis.

Ao analisar as respostas do questionário foi possível perceber uma preocupação por parte da equipe de coordenadores em manter a mesma fala, contudo, não é possível afirmar o sentimento que motivou essa ação. De todo modo as respostas podem demonstrar o quanto a subjetividade está presente nas mais diversas tarefas e compromissos que o profissional desempenha.

Dessa maneira se pode afirmar que a identidade decorre de um processo que depende de vários fatores, um deles para Penna (1992), seria o reconhecimento enquanto jogo que se constitui em dois campos, o do auto-reconhecimento e o do alter-reconhecimento. E essa relação pode ser verificada nas questões 5, 6, 7 e 8 (Apêndices), onde os Sujeitos de Pesquisas apontam o que compreendem da função que exercem, as relações positivas e negativas com a comunidade escolar e como compreendem a sua identidade no contexto escolar. Portanto, o processo de identificação antecede ao de identidade ao compreendê-la a partir desse jogo de significados, sendo assim:

[...] pressupõe uma concepção do sujeito humano como portador da capacidade de simbolizar, de representar, de criar e compartilhar significados em relação aos objetos com os quais convive. Tomamos a identificação como processo precursor da construção da identidade por sugerir um vínculo ou atração, por parte do indivíduo, para algum objeto que esteja “lá” onde ele deseja estar. (GALINDO, 2004, pág. 15)

Sendo assim, quando é questionado o motivo da escolha do cargo de C.P., questão 5 (Apêndices), a intenção é compreender o que se espera da função, para complementar o processo de compreensão da identidade na questão 8 (Idem), onde o Sujeito de Pesquisa reflete sobre a relação entre o que eu espero e o que o outro espera de mim. Portanto, o processo de identificação é fundamental e até imprescindível para se falar em identidade. E esse processo está alicerçado na subjetividade a partir do processo de transferência calcado nas memórias da primeira infância, como foi devidamente conceituado no capítulo 2 do presente trabalho. Com isso, é possível compreender “a identificação como um processo em que se toma outro como modelo implica necessariamente a formação do Ideal do Ego, e também do Superego, enquanto instâncias que internalizam normalizações e regulações culturais”. (GOUVEIA, 1993, p.100).

A identificação com uma profissão faz parte da identidade pessoal e social, onde alguns autores como Berger e Luckmann (1976) associam a construção da identidade pessoal ao processo de socialização primária e a construção da identidade social, ao processo de socialização secundária. Portanto, para os referidos autores, a internalização de papéis é um fenômeno de aprendizagem.

Penna (1992) distingue identidade pessoal e social considerando a primeira como construção pessoal do sujeito, objeto de estudo da Psicologia e da Psicanálise, e a identidade social como a de pessoas consideradas membros da mesma categoria, por características comuns, o que caracteriza o campo da identidade comum, independentemente de conviverem juntos. Dessa forma, a identidade profissional é um tipo de identidade social.

A identidade do C.P., portanto, é um processo que compreende a memória da primeira infância, a subjetividade do sujeito, identificação pessoal com a função, a relação entre auto-reconhecimento e alter-reconhecimento, os aspectos legais e formais do cargo e as relações que são estabelecidas dentro e fora da escola. Dessa maneira, se pode afirmar que a identidade é um processo contínuo, portanto inacabado que deve partir do princípio que o profissional é, antes de tudo, um ser humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Paremos de indagar o que o futuro nos reserva e recebamos como um presente o que quer que nos traga o dia de hoje.”

Heráclito

O presente trabalho pretendeu analisar a identidade do C.P. a partir da contribuição da psicanálise, contudo não tem a pretensão de esgotar o assunto ou de servir como manual ou receita. Antes disso, é um estudo breve a respeito da complexidade da atuação desse profissional na instituição escolar.

Ao estabelecer a relação entre o que a legislação define para a formação/atuação do C.P e a sua real atuação na escola, a pretensão era a de desvendar um lado “oculto” da identidade desse profissional, a subjetividade. Dessa forma, é preciso compreender que a ação do sujeito enquanto profissional está condicionada à psique, portanto, são indissociáveis. Como resultado, o inconsciente de manifesta nas relações interpessoais, nas tomadas de decisão, no posicionamento político e ideológico e etc.

A partir da análise bibliográfica e da pesquisa de campo é possível afirmar que a identidade do C.P. é constituída através da sua relação com o outro a partir da sua subjetividade, mediados pelo contexto da comunidade escolar e pela legislação vigente, portanto, é fundamental refletir sobre a importância desse profissional que muitas vezes é transformado em um “curinga” ou “faz tudo” dentro da escola. Essa realidade demonstra um problema sério no planejamento escolar, tema que pode ser desenvolvido em um trabalho posterior, pois aponta para uma gestão realizada no improviso.

Porém, ser coordenador pedagógico é muito mais do que “tapar buraco”. O C.P. é um elo na comunidade escolar, ele coordena o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas na escola, auxilia na elaboração do PPP e do currículo escolar, faz formação continuada com o corpo docente, auxilia na organização de eventos na escola, atende pais, demais responsáveis e alunos. Portanto, ser Coordenador Pedagógico é ser humano antes de tudo.

Esse processo de reconhecimento identitário é movido através da contradição que envolve os aspectos legais/formais e a vivência da identidade profissional na práxis, onde a busca pelo autoreconhecimento se choca com o alter-conhecimento,

a objetividade se depara com a subjetividade e o sujeito busca altoafirmação a partir de referências de outros profissionais aos quais se identificam.

A contradição no processo de identificação profissional demonstra a sua incompletude e seu eterno devir, permitindo aos professores escapar da lógica simplista e tecnicista a que estão submetidos, muitas vezes, na sua atuação. Portanto, é preciso continuar indagando: quais são as variáveis desse processo de identificação? Como a psicanálise pode contribuir para a compreensão desse fato? Como o conhecimento dessas questões por parte do Coordenador Pedagógico poderia alterar a sua prática no contexto escolar?

Nesse sentido, não se pode esgotar o tema no presente trabalho, tendo em vista a dimensão de todo o processo de identidade e de como ela pode variar de acordo com cada realidade vivida em cada unidade escolar. Portanto, é preciso aprofundar as pesquisas em torno desse assunto sem perder de vista a pluralidade do ser humano e das suas relações. Além disso, a qualidade da educação para a comunidade escolar deve nortear todo trabalho da área educativa.

## REFERÊNCIAS

- ABBUD, Maria Luiza Macedo & BUSSMANN, Antonia Carvalho. **Trabalho Docente**. In: Org. Profissão professor: Identidade e Profissionalização docente. 1. ed. Brasília: Plano, 2002, p. 133-144.
- ALMEIDA, Inês Maria M. Z. P. de. **Re-significação do Papel da Psicologia da Educação na Formação Continuada de Professores de Ciências e Matemática**. Brasília: IP/UnB, 2001. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- ALMEIDA, Inês Maria M. Z. P. de (Org.). **O lugar da memória educativa na formação de professores: uma leitura psicanalítica**. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Os coletivos diversos repolitizam a formação**. In: DINIZPEREIRA, J.E.; LEÃO, G.. (Org.). Quando a diversidade interroga a formação docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. **A escuta participante como procedimento de pesquisa do sagrado enunciante**. Estudos de Psicologia 2005, 10(3), 441-446. Apresentada oralmente no IV Simpósio da Associação Brasileira de História da Religião (O Estudo das Religiões: Desafios Contemporâneos, São Paulo, PUCSP, 22 a 24 de Maio de 2002).
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.
- BERGER, P. & LUKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71**. Brasília : 1971.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução ceb nº 3, de 8 de outubro de 1997. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**. Brasil, 1997.
- BRASÍLIA. LEI Nº 4.751, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012. (Autoria do Projeto: Poder Executivo) **Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal**. Brasília, 2012.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COSTA, Sonia Glaucia; ALMEIDA, Inês Maria Marques Zanforlin Pires de. **Subjetividade e complexidade na gestão escolar: um estudo de caso com participantes da escola de gestores 2010**. Disponível em: <file:///C:/Users/Priscila/Downloads/643-2382-1-PB.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Coordenação pedagógica: uma práxis em busca da sua identidade**. Revista Múltiplas Leituras, V.1, n.1 p. 137-131, Jan. 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Ed.Paz e Terra (coleção leitura), 1996.

FREUD, Sigmund. **Psicologia de grupo e a análise do ego**. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud - originalmente publicado em 1921).

\_\_\_\_\_. **O Ego e o id**. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud – originalmente publicado em 1923).

\_\_\_\_\_. **Cinco lições da psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, v. XI, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud - originalmente publicado em 1909).

\_\_\_\_\_. **Algumas reflexões sobre a psicologia escolar**. Rio de Janeiro: Imago, v. XIII, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud - originalmente publicado em 1914).

GALINDO, Wedna Cristina Marindo. **A construção da identidade profissional docente**. Psicologia Ciência e Profissão, 2004, 24 (2), 14-23.

GOUVEIA, T. M. V. **Repensando Alguns Conceitos – Sujeitos, Representação Social e Identidade Coletiva**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

HOUSE, R. **Aspecto genético**. In: Bergeret, J. ...[et al.]. Psicopatologia: teoria e clínica. Porto Alegre: Artmed, 2006.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2000.

MIRANDA, Margarete Parreira Miranda; VASCONCELOS, Renata Nunes; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. **Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa**. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032006000100060&sc\\_rpt=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032006000100060&sc_rpt=sci_arttext)>. Acesso em 05 de outubro de 2015.



MORGADO, Maria Aparecida. **Da Sedução na Relação Pedagógica:** professor-aluno no embate com afetos inconscientes. 3.ed. São Paulo: Summus, 2002.

MORGADO, Maria Aparecida. **Da Sedução na Relação Pedagógica:** professor-aluno no embate com afetos inconscientes. 3.ed. São Paulo: Summus, 2002.

NASIO, Juan-David. **O prazer de ler Freud** / J.-D. Nasio; [tradução, Lucy Magalhães; revisão técnica, Marco Antonio Coutinho Jorge]. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

PENNA, M. **O que faz ser nordestino.** São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. **O avesso do modelo: bons professores e a psicanálise.** 1ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2003.

PLASTINO, C. A. **O primado da afetividade: a crítica freudiana ao paradigma moderno.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

RABELO, Clotenir Damasceno. **Coordenador pedagógico escolar municipal: identidade, trabalho e atitudes de um profissional em ressignificação.**

Disponível em:<

<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0111.pdf>>. Acesso em 29 de novembro de 2015.

SACRISTÁN, J.G. **Poderes instáveis em educação.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SERPA, Dagmar. Coordenador pedagógico vive crise de identidade. Edição especial “Os caminhos da coordenação pedagógica e da formação de professores”.

**Fundação Victor Civita, Edição Especial, nº 6.** Junho/2011.

TALLAFERRO, Alberto. **Curso básico de psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TANIS, Bernardo. **Memória e temporalidade: sobre o infantil na psicanálise.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 8. ed. São Paulo: Libertad, 2007.

**APÊNDICE I**  
**QUESTIONÁRIO EM BRANCO**

1- Qual seu grau de formação?

- Graduação  Pós-Graduação – Especialização  Pós-Graduação – Mestrado  
 Pós-Graduação – Doutorado  Outros: \_\_\_\_\_

2- Qual o seu tempo de experiência como professor do Ensino Fundamental?

- Até 01(um) ano  De 2(dois) a 5(cinco) anos  De 5(cinco) a 10(dez) anos  
 Acima de 10(dez) anos

3- Você conhece a legislação que determina a função do coordenador pedagógico?

- Sim  Não  Em parte

4- Você julga importante conhecer a legislação mencionada no item anterior? Por quê?

- Sim  Não  Em parte

---

---

---

---

5- Por que você optou pelo cargo de coordenador pedagógico?

---

---

---

---

6- Quais são as maiores dificuldades no desempenho da sua função?

---

---

---

---

7- Quais são os aspectos positivos no desempenho da sua função?

---

---

---

---

8- Como você descreveria a identidade do coordenador pedagógico?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**APÊNDICE II**  
**QUESTIONÁRIO – SUJEITO DE PESQUISA 01**

**APÊNDICE I**  
**QUESTIONÁRIO**

1- Qual seu grau de formação?

- ( ) Graduação  Pós-Graduação – Especialização ( ) Pós-Graduação – Mestrado  
( ) Pós-Graduação – Doutorado ( ) Outros: \_\_\_\_\_

2- Qual o seu tempo de experiência como professor do Ensino Fundamental?

- ( ) Até 01(um) ano  De 2(dois) a 5(cinco) anos ( ) De 5(cinco) a 10(dez) anos  
( ) Acima de 10(dez) anos

3- Você conhece a legislação que determina a função do coordenador pedagógico?

- ( ) Sim ( ) Não  Em parte

4- Você julga importante conhecer a legislação mencionada no item anterior? Por quê?

- Sim ( ) Não ( ) Em parte

*Para um bom desenvolvimento do trabalho pedagógico.*

5- Por que você optou pelo cargo de coordenador pedagógico?

*Para contribuir com o corpo docente e a comunidade de escolas.*

6- Quais são as maiores dificuldades no desempenho da sua função?

*Relacionamento interpessoal, resistência à atividades propostas.*

7- Quais são os aspectos positivos no desempenho da sua função?

Ver o crescimento dos alunos e poder participar do processo de ensino-aprendizagem.

8- Como você descreveria a identidade do coordenador pedagógico?

Ser comunicativo, participativo, Criativo, comprometido, dinâmico e acima de tudo, ser um elo entre os professores, alunos e direção.

**APÊNDICE III**  
**QUESTIONÁRIO – SUJEITO DE PESQUISA 02**

**APÊNDICE I**  
**QUESTIONÁRIO**

1- Qual seu grau de formação?

- ( ) Graduação  Pós-Graduação – Especialização ( ) Pós-Graduação – Mestrado  
( ) Pós-Graduação – Doutorado ( ) Outros: \_\_\_\_\_

2- Qual o seu tempo de experiência como professor do Ensino Fundamental?

- ( ) Até 01(um) ano  De 2(dois) a 5(cinco) anos ( ) De 5(cinco) a 10(dez) anos  
( ) Acima de 10(dez) anos

3- Você conhece a legislação que determina a função do coordenador pedagógico?

- ( ) Sim ( ) Não  Em parte

4- Você julga importante conhecer a legislação mencionada no item anterior? Por quê?

- Sim ( ) Não ( ) Em parte

*Para um bom desenvolvimento do trabalho pedagógico.*

5- Por que você optou pelo cargo de coordenador pedagógico?

*Para contribuir com o grupo dentro da comunidade escolar.*

6- Quais são as maiores dificuldades no desempenho da sua função?

*Relacionamente com o grupo e existência à algumas atividades propostas.*

7- Quais são os aspectos positivos no desempenho da sua função?

Participar do crescimento pedagógico e social dos alunos.

8- Como você descreveria a identidade do coordenador pedagógico?

O coordenador pedagógico deve ser dinâmico, criativo, comprometido, atualizado e ser um elo de ligação entre alunos, professores e gestão.



**APÊNDICE IV**  
**QUESTIONÁRIO – SUJEITO DE PESQUISA 03**

APÊNDICE I  
QUESTIONÁRIO

1- Qual seu grau de formação?

- ( ) Graduação  Pós-Graduação – Especialização ( ) Pós-Graduação – Mestrado  
( ) Pós-Graduação – Doutorado ( ) Outros: \_\_\_\_\_

2- Qual o seu tempo de experiência como professor do Ensino Fundamental?

- ( ) Até 01(um) ano  De 2(dois) a 5(cinco) anos ( ) De 5(cinco) a 10(dez) anos  
( ) Acima de 10(dez) anos

3- Você conhece a legislação que determina a função do coordenador pedagógico?

- Sim ( ) Não ( ) Em parte

4- Você julga importante conhecer a legislação mencionada no item anterior? Por quê?

- Sim ( ) Não ( ) Em parte

*Para um bom desenvolvimento do trabalho pedagógico.*

5- Por que você optou pelo cargo de coordenador pedagógico?

*Para contribuir com o corpo docente e a comunidade escolar.*

6- Quais são as maiores dificuldades no desempenho da sua função?

*Relacionamento com o grupo e resistência a algumas atividades propostas.*



7- Quais são os aspectos positivos no desempenho da sua função?

Participar do crescimento pedagógico e social dos alunos.

8- Como você descreveria a identidade do coordenador pedagógico?

O coordenador pedagógico deve ser dinâmico, criativo, comprometido, atualizado e ser um elo de ligação entre alunos, professores e gestores.